

O papel dos parlamentos no século XXI — O sistema de justiça¹

José Fontes

Agregado e Doutor em *Ciências Políticas*

Mestre em Ciências *Jurídico-Políticas*

Professor da Universidade Aberta e da Academia Militar

Investigador científico do CAPP/ISCSP e do CINAMIL/AM

Que papel se espera venha a desempenhar o nosso Parlamento no século XXI é a pergunta que determina grandemente o nosso encontro. Para permitir uma resposta (possível) teremos que começar por equacionar outras questões que podem determinar e orientar-nos, quando um grande mediatismo (que veio para ficar) atinge as questões do sistema de justiça a que a Assembleia da República não pode deixar de prestar uma peculiar atenção.

Por isso se pergunta: O que faz, nos nossos dias, um parlamento que se depara com um sistema de justiça inoperante, ineficaz e incapaz de assegurar e de garantir, nos termos do disposto constitucionalmente no artigo 20.º, n.º 4 «decisões judiciais em prazo razoável» e atento o previsto no n.º 5 do mesmo normativo «procedimentos judiciais caracterizados pela celeridade (...) de modo a obter tutela efetiva e em tempo útil contra ameaças ou violações» a direitos, liberdades e garantias pessoais?

De que meios se tem socorrido o nosso Parlamento para aferir do cumprimento da Constituição nesta/por esta importante área de intervenção estadual?

Estas questões remetem-nos para duas das tarefas que consideramos cada vez mais importantes na atividade parlamentar:

— a função de fiscalização e

— a atenção que o sistema de justiça deve merecer por parte do órgão representativo dos cidadãos, sem que tal represente qualquer forma de controlo ilegítimo ou diminuição do estatuto político-constitucional deste sistema que integra órgãos de soberania.

Ou seja, o parlamento sem se envolver em qualquer *movimento transformista* deve, também neste campo, assumir a liderança na defesa da Constituição e da lei.

O chefe de Estado pode dissolver a Assembleia da República, pode demitir o Governo, mas não dispõe de qualquer poder semelhante ou paralelo face a um difuso, multifacetado e heterogéneo sistema de justiça. Certamente não poderia dispor de poderes semelhantes atenta a natureza do sistema e os que lhe cabem não asseguram uma efetiva racionalização do sistema, como os de designação de um conjunto de magistrados e de membros de órgãos das magistraturas, entre outros.

É por isso indispensável que o sistema mereça uma particular atenção do Parlamento.

Efetivamente, os desafios que se colocam hoje em dia ao sistema de justiça devem privilegiar *uma abordagem multifacetada e plural* de ação parlamentar sendo que necessariamente a primeira abordagem da questão não pode deixar de ser política.

Por alguma razão assistimos na Comunidade Internacional a uma racionalização do sistema de justiça internacional — movimento assinalado entre nós por ADRIANO

¹ Súmula da comunicação apresentada na *I Conferência Ibérica de Direito Parlamentar* organizada pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

MOREIRA —, que chamou a atenção para o facto de o *Tribunal Penal Internacional*, entre outros, ser uma importante manifestação da reforma da governança mundial.

Deixamos no ar muitas perguntas, algumas delas sem respostas evidentes da nossa parte, mas que necessitam de reflexão, e para isso é necessário, desde já, uma profunda meditação sobre a urgência da temática e da importância de um equilíbrio harmónico da atuação dos vários corpos do Estado de que o sistema de justiça é apenas um deles, mas que pode colocar em causa *o regular funcionamento das instituições democráticas* sem que o chefe de Estado, como vimos, tenha poderes relevantes ou possa intervir sobre essa importante parcela de poder, de modo a fazer respeitar o disposto na Lei Fundamental.

O Direito e a Justiça são os garantes de uma comunidade nacional mais equilibrada e o seu respeito é condição *sine qua non* de manutenção da democracia, da liberdade e dos direitos humanos. As democracias não podem «empurrar» os seus cidadãos a encontrar formas e mecanismos parajudiciais de dirimção de litígios.

Ora, se todos bem sabem que a segurança e a operacionalidade de qualquer sistema seja ele qual for não se determina por decreto ou declaração política, bem sabem igualmente que os instrumentos judiciais são — estamos certos —, um dos mais sólidos e duráveis sustentáculos dos atuais Estados de direito democrático, porque são a última instância de defesa dos direitos dos injustiçados.

Um sistema de justiça que não responda e que não corresponda ao que dele se espere é causa de insegurança e de fragilidade para o Estado. Esta é já uma evidência que não necessita de demonstração.

Por isso é urgente a necessidade de uma intervenção parlamentar holística e planeada para a implementação de medidas que garantam e assegurem as condições para que o sistema de justiça, parcela indissociável do Poder Político seja eficiente, capaz e que responda de forma tendencialmente ótima ao que lhe é pedido. Neste campo a intervenção do Parlamento para segurança de todos e na defesa da democracia e dos direitos, liberdades e garantias é indispensável.

Este caminho não transforma a nossa Assembleia da República numa estrutura judiciária, mas pode garantir, com meios apropriados, uma atenção muito importante e útil.